



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Sâmia Bomfim

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2026

(Da Sra. Sâmia Bomfim)

Requer a realização de Audiência Pública para debater o tema “Sistema Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora”.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos dos artigos 24, III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada reunião de audiência pública para debater o tema “**Sistema Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora**”, com a presença dos seguintes convidados:

1. Sra. Mariana Conti, Vereadora de Campinas/SP;
2. Sr. Pedro Tourinho, Presidente da Fundacentro - Ministério do Trabalho e Emprego;
3. Sr. Mauro Salles, Secretário de Saúde da Confederação Nacional de Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf);
4. Sr. Luis Henrique da Costa Leão, Coordenador-Geral de Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ministério da Saúde;
5. Sra. Maria Maeno, pesquisadora da Fundacentro - Ministério do Trabalho e Emprego e do Instituto Walter Leser da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

JUSTIFICAÇÃO

O Grupo de Trabalho Saúde do Trabalhador do Instituto Walter Leser/Fundação, da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, propôs a criação de um sistema intersetorial para aumentar o mercado de trabalho formal, melhorar as condições de trabalho e proteger a saúde dos trabalhadores. A proposta foi apresentada no dia 5 de julho de 2022 em reunião ampliada, que contou com 60 lideranças e referências de diferentes





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Sâmia Bomfim

segmentos sociais. Desde então, o sistema vem sendo debatido e apresentado em fóruns e espaços políticos em todo o país, com ampla participação dos trabalhadores e movimentos sociais.

A ideia do sistema baseia-se numa denúncia contundente sobre a invisibilidade e subnotificação das mortes e doenças relacionadas ao trabalho no Brasil, comparando as 49.350 mortes no setor formal em 18 anos com as vítimas da Guerra do Vietnã, e ressaltando a total ausência de dados sobre a maioria informal da força de trabalho, o que se agrava com a falta de um sistema de informação fidedigno, o alto custo social e econômico dessas perdas para o SUS, Previdência e Judiciário, e a subnotificação desses acidentes.

O cenário de precarização do trabalho resulta de reformas legais recentes (CLT de 2017 e reforma previdenciária de 2019), bem como do enfraquecimento sindical e da fiscalização estatal, que levam a condições perigosas, sobrecarga e violência psicológica (assédio e discriminação) nos ambientes de trabalho, forçando o "presenteísmo" (trabalhar doente) devido ao medo do desemprego e à insegurança social.

Da forma como está hoje, o sistema apresenta uma visão limitada da proteção à saúde baseada em treinamentos e exames médicos (admissionais, periódicos e demissionais) realizados por profissionais pagos pelos empregadores, classificando-os como "vexatórios" e que tratam o trabalhador como "cobaia" ou indicador de qualidade do ambiente. Existe também uma cultura de culpar a vítima (negligência individual) em vez de melhorar as condições de trabalho, aliado à ineficácia dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), cujos documentos são considerados "cartoriais" e servem para invisibilizar o adoecimento.

Uma solução digna e humana para esses problemas seria a implementação urgente do Sistema Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no Brasil (SINASTT), como parte de uma política de trabalho digno, intersetorial e com efetivo controle social. O SINASTT, coordenado pelo Ministério da Saúde (conforme a Constituição), buscaria integrar informações, diagnosticar agravos e realizar intervenções, superando a fragmentação atual (como a da reabilitação). Entre as propostas concretas para o próximo Governo Federal, destacam-se a realização de uma pesquisa nacional domiciliar sobre saúde e trabalho, a revogação das alterações trabalhistas e previdenciárias recentes, a quebra do Teto de Gastos (EC 95/2016), o fortalecimento do financiamento e da capacidade de vigilância do SUS, a democratização do registro de condições de trabalho e a garantia do direito humano à "intocabilidade do corpo" do trabalhador.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Sâmia Bomfim

Sendo tema de inegável relevância para a sociedade e para o Parlamento brasileiro, solicito o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em 20 de fevereiro de 2026.

Deputada SÂMIA BOMFIM
PSOL/SP

Apresentação: 20/02/2026 14:53:59.743 - CASP

REQ n.6/2026



Câmara dos Deputados – Gabinete 642, Anexo IV - CEP 70160-900 – Brasília – DF. Tel: 61-3215-5642.
E-mail: dep.samiabomfim@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD263350692100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim

